

Pelo direito à vida das mulheres, por Djamila Ribeiro

Hoje é o dia da mobilização dos homens pelo fim da violência de gênero

[\(Folha de S.Paulo, 06/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Instituído no Brasil pela lei 11.489, de 2007, o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres é marcado neste 6 de dezembro. Trata-se de uma data mundial criada após, em 1989, um universitário canadense de 25 anos entrar em uma sala de aula de engenharia em Montreal, ordenar que todos os homens do recinto saíssem para que ele pudesse assassinar todas as mulheres presentes, o que acabou fazendo, cometendo suicídio em seguida.

Salvo alguma movimentação incipiente, não há nas ruas nenhuma passeata, ato, ou o que quer que seja voltado a discutir a violência de homens contra mulheres em um dos países campeões de futebol e de [feminicídio](#). Pode-se dizer, claro, que se trata de data sem adesão. Celebremos o que já se tem feito, mas que seja apontado que não há movimentação expressiva nesse 6 de dezembro, como não houve no 5 de dezembro, nem no 4 de dezembro, como não tem havido em outros dias.

Na última semana, [Elitânia Souza](#), promissora liderança da comunidade quilombola da Vitória, no município de Cachoeira, na Bahia, e aluna do curso de serviço social da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, foi assassinada a tiros pelo homem que no passado havia sido seu companheiro.

Contra ele, já havia uma medida protetiva decretada pela Justiça, mas que não foi qualquer impeditivo para que cometesse essa atrocidade. Mais uma voz é sufocada no país de herança patriarcal.

A universidade decretou luto, as mulheres quilombolas convocaram atos e o homem foi preso. Alguns homens aliados e politicamente empáticos ao combate a essa arquitetura de morte de mulheres à parte, pergunta-se sobre a mobilização voltada à discussão e à prática contra a violência de gênero

praticada pelo grupo social masculino, que resulta em dados de extermínio.

Sim, há um processo de extermínio de mulheres em curso no país. Segundo dados colhidos na organização Artigo 19, em 2013 houve um feminicídio a cada 90 minutos no país e, em 2010, foram registrados cinco espancamentos de mulheres a cada dois minutos.

Dados recentes divulgados na pesquisa [“Evidências sobre Violências e Alternativas”](#), desenvolvida pelo Instituto Igarapé, constataam que mulheres são a maioria das vítimas de violência no Brasil. Com exceção do homicídio, elas são as que mais sofrem violência física (73%), patrimonial (78%), psicológica (83%) e sexual (88%).

Em muitos casos, o agressor é o homem que conta com o afeto da vítima, inclusive crianças.

Vale lembrar que o Brasil é o país campeão em casamento infantil, uma violência naturalizada e sobre a qual pouco se discute ou se cria conscientização.

Antes do risco de se casar adolescente, a vida da mulher também está em risco. As principais vítimas de violência sexual, 56,4% delas, são crianças, em especial meninas. Nesses casos, os agressores são homens conhecidos (65%). No caso de mulheres adultas, homens desconhecidos estão entre 44% dos agressores sexuais.

Um olhar racial nos mostra como a situação é sobretudo mais dramática para mulheres negras. Um exemplo bem ilustrativo é o levantamento de dados após os dez anos de vigência da [Lei Maria da Penha](#), no qual foi constatada uma redução de 10% no número de morte de mulheres brancas, ao passo que foi detectado um aumento de 54% de mortes de mulheres negras.

Várias razões podem ser apontadas para tanto, sobretudo uma falta de um olhar interseccional ao desenhar essa política pública. Quem são em geral os companheiros de mulheres negras e em que situação social elas se encontram? Como se valer de uma lei quando a relação da polícia com a realidade que elas vivem é totalmente diferente do contexto das mulheres brancas?

Mulheres negras são mães, irmãs, companheiras de homens negros, alvos preferenciais da política de segurança pública, havendo a necessidade de contemplar essa realidade ao se desenhar uma política pública de assistência a essas mulheres.

Certamente há a necessidade de um olhar dos gestores públicos a essas questões, embora saibamos estar sob um governo sem compromisso com essa agenda.

Exatamente por isso, reforça-se à sociedade civil, às organizações e aos homens em geral, beneficiários do sistema patriarcal e que se põem contra essa estrutura de opressão que tem assassinado mulheres, a pergunta: o que vocês podem fazer para colaborar nessa luta?

É necessária responsabilidade para trabalhar pela mudança de um cenário tão dantesco.

Por Djamila Ribeiro

Violência contra mulheres: evidências podem salvar vidas, por Ilona Szabó de Carvalho

Ser mulher é um dos principais fatores de risco de quase todo tipo de violência

[\(Folha de S.Paulo, 04/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Há 59 anos, no dia 25 de novembro de 1960, Patricia Mercedes Mirabal, Minerva Argentina Mirabal e Antônia María Teresa Mirabal —as irmãs Mirabal— foram brutalmente assassinadas ao se opor à ditadura de Rafael Leónidas Trujillo na República Dominicana.

Mais do que outras vítimas de ditaduras truculentas que se instauraram na América Latina na segunda metade do século 20, elas foram violentamente atacadas por serem mulheres.

Quase quatro décadas depois, a data marcaria o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra Mulheres pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1999. A data marca também o início dos 16 dias de luta pelo fim desse tipo de violência.

A violência contra mulheres é silenciosa. Na maioria das vezes, ocorre em seus lares e é perpetrada por aqueles que estão mais perto delas.

Por outro lado, há uma face pública, que, inclusive, viola seus direitos políticos e coloca uma série de barreiras para que possam representar seus próprios interesses.

Ambas têm em comum a naturalização de uma crença de que homens e mulheres não têm o mesmo status na sociedade.

É diante dessa aparente desigualdade que, por muitas vezes, os seus corpos viram propriedade do outro, seja para satisfazê-lo, seja para puni-las.

Para jogar luz sobre a dimensão e a gravidade da questão, a plataforma de dados e informações sobre violência contra mulheres Eva (Evidências sobre Violências e Alternativas) para mulheres e meninas, foi lançada pelo Instituto Igarapé.

Inicialmente com dados sobre o Brasil, Colômbia e México, identifica os padrões de vitimização de mulheres e contribui para a elaboração de políticas públicas para prevenir, reduzir e eliminar a violência contra elas. O que Eva nos mostra é chocante: ser mulher é um dos principais fatores de risco para sofrer qualquer tipo de violência.

Mulheres são as mais frequentes vítimas de todos os tipos de violência no Brasil, com exceção da letal: violência física (73%), patrimonial (78%), psicológica (83%) e sexual (88%). A maioria das vítimas —40%— são mulheres jovens, entre 15 e 29 anos.

Isso gera um impacto não somente na vida delas, como também na das pessoas ao seu redor e até mesmo na produtividade do país, já que a violência gera ausências no trabalho, demissões e diminuição de performance.

Nossas crianças, em especial meninas, também são as mais atingidas: as de 0 a 14 anos aparecem como principais alvos de violência sexual, com 56,4%. O perfil de vitimização é distinto.

Enquanto desconhecidos estão entre os principais agressores, com 44% para mulheres adultas, no caso das meninas são os conhecidos os maiores algozes, representando 65% dos casos. Somente os familiares chegam a quase 30%.

Há outra evidência da Eva que merece destaque. É gritante a ausência de dados sobre o perfil demográfico de vítimas e agressores, e sobre os fatores de risco relacionados ao ambiente, como local, dia e horário do crime.

Esses e outros dados são fundamentais para compreendermos o padrão desse tipo de violência silenciosa e entranhada em certos valores e crenças com os quais convivemos há muitas gerações.

Demos um primeiro passo para reunir informações oficiais e desagregadas sobre violência contra mulheres.

Agora, é preciso que as autoridades públicas melhorem a produção de informações e se baseiem nelas ao produzir políticas públicas dedicadas a preveni-las.

Apenas assim mortes como as das irmãs Mirabal e de milhares de mulheres no Brasil, na América Latina e no mundo afora, poderão ser evitadas.

Por Ilona Szabó de Carvalho

Para especialistas, ampliação do porte de armas de fogo pode aumentar riscos para mulheres

Avaliação foi feita em debate sobre impactos da flexibilização do acesso a armas no combate ao feminicídio; representante do Ministério da Justiça discordou

[\(Câmara dos Deputados, 15/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A ampliação do porte e posse de armas de fogo poderá aumentar os riscos para as mulheres e impactar os índices de feminicídio, segundo especialistas ouvidas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados nesta terça-feira (15). O feminicídio é a morte da mulher por conta de seu gênero.

A representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi a única a discordar da avaliação, em audiência que discutiu os impactos que a flexibilização do acesso a armas de fogo e o pacote anticrime podem ter no combate ao feminicídio no Brasil. O projeto de lei do governo que aumenta os casos permitidos de porte de armas ([PL 3723/19](#)) está na pauta do Plenário desta semana.

A deputada [Sâmia Bomfim \(Psol-SP\)](#), que pediu o debate, lembrou que o País já tem a quinta maior taxa de feminicídio do mundo. Para ela, a situação pode se agravar com a aprovação da proposta e com os decretos já editados pelo governo que flexibilizam o acesso a armas de fogo.

Assassinatos em casa

Esta também é a visão da representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Isabel Figueiredo. Ela ressaltou que o número de feminicídios aumentou 4% entre 2017 e 2018 no Brasil, segundo dados do Anuário de Segurança Pública. E acrescentou que o Atlas da Violência de 2018 mostra que 39% dos assassinatos de mulheres ocorre em casa, e as armas de fogo

são o principal instrumento utilizado.

Ainda segundo Isabel, a presença de uma arma de fogo aumenta em cinco vezes a chance de ocorrência de homicídio ou suicídio. Para ela, as políticas públicas do governo para a área não são baseadas nos dados e estatísticas disponíveis.

Coordenadora do núcleo especializado em diversidade e igualdade racial da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Isadora Brandão acredita que os impactos desfavoráveis da facilitação do acesso às armas de fogo atingem sobretudo as mulheres negras – grupo mais vulnerável da sociedade. Ela cita dados do Atlas da Violência mostrando que a taxa de assassinatos de mulheres negras é 71% maior que a de mulheres não-negras.

“A facilitação do acesso às armas de fogo aumentará o número de mortes de mulheres negras. E não há evidência da vinculação, ao contrário do que é propagado, entre a flexibilização do porte de armas e o aumento da capacidade das mulheres se defenderem em situação de violência”, afirmou. “A maior demanda por armas está entre os homens”, acrescentou.

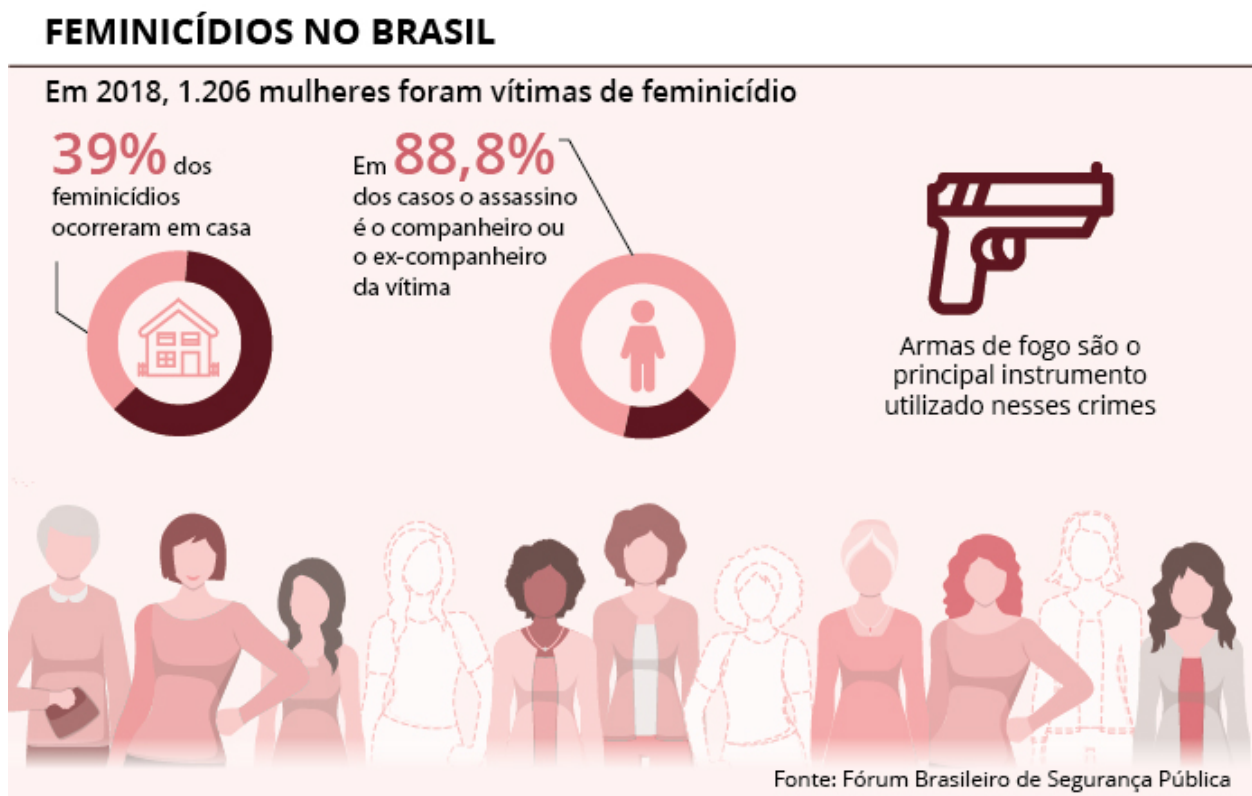
Visão do governo

Representante do Ministério da Justiça, Thaylize Rodrigues disse que não há dados concretos mostrando que a flexibilização de armas de fogo poderá aumentar os feminicídios ou a violência contra a mulher. Ela citou dados das secretarias de segurança pública dos estados mostrando que no, Distrito Federal, em 2018, 37% dos feminicídios foram praticados com armas brancas, como facas, e 22% com arma de fogo. Já no estado de São Paulo, em 2018, 58% dos feminicídios foram praticados com faca ou outra arma branca, e 17% com armas de fogo. “O simples desarmar não é a solução dos nossos problemas”, avaliou.

Coordenadora do Grupo Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Ministério Público do Estado de São Paulo, Silvia Chakian argumentou que, embora as mulheres possam ser mortas por facas, estrangulamento ou espancamento, por exemplo, se forem atacadas com armas de fogo, as chances de sobrevivência serão menores. Para ela, a flexibilização do porte e posse de armas de fogo no País “inspira total

preocupação”.

A promotora pública destacou ainda que a presença da arma dentro de casa vai aumentar o medo de a mulher denunciar, ajudando a aumentar ainda mais os altos índices de subnotificação de violência doméstica. Ela concorda que o simples desarmar não é a solução e salientou que o feminicídio pode ser evitado, por exemplo, por meio do monitoramento pelos agentes estatais do cumprimento de medidas protetivas por parte do agressor e do abrigo sigiloso da mulher em situação de risco. “Se as instituições funcionam é possível interromper a escalada de violência que leva ao feminicídio”, disse. Por fim, a promotora chamou atenção para a necessidade de debater a questão de gênero nas escolas, para promover uma mudança na forma objetificada como a mulher é vista na sociedade.



Por Lara Haje